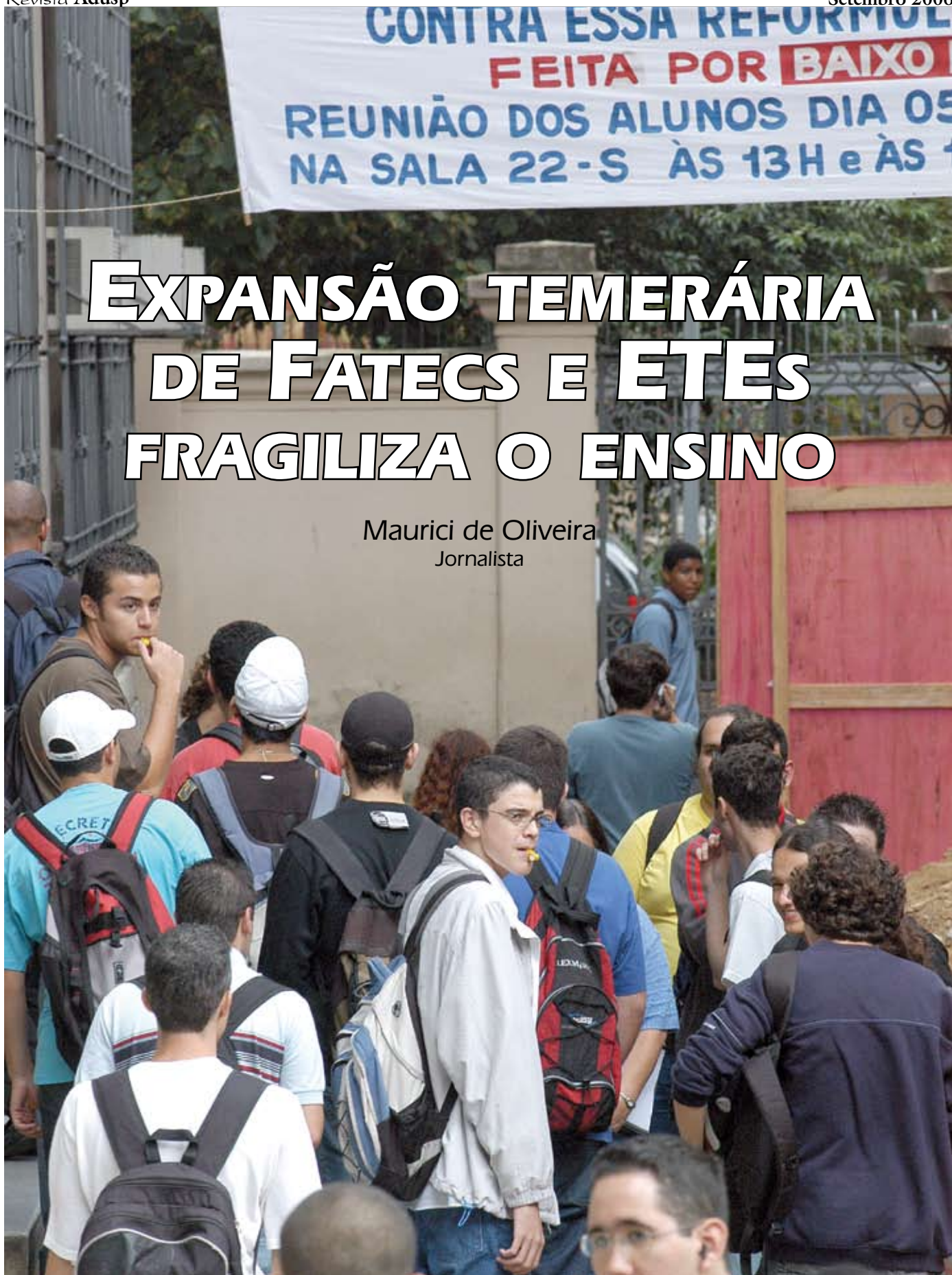


CONTRA ESSA REFORMA  
FEITA POR BAIXO  
REUNIÃO DOS ALUNOS DIA 05  
NA SALA 22-S ÀS 13H e ÀS 1

# EXPANSÃO TEMERÁRIA DE FATECS E ETES FRAGILIZA O ENSINO

Maurici de Oliveira  
Jornalista



*A expansão da rede de unidades do Centro Paula Souza — ETEs e Fatecs — tem sido realizada sem sustentação orçamentária, aliada a um modelo que sujeita a formação do aluno a parcerias com prefeituras e empresas, empobrecendo o ensino técnico e tecnológico, que converte-se em mera qualificação.  
A foto de abertura retrata um protesto de estudantes da Fatec*

**A**veloz expansão da rede de faculdades de tecnologia (Fatecs) e escolas técnicas (ETEs), realizada pelo governo Alckmin, seria um alento para a população, não fossem suas inconsistências. As Fatecs eram nove até 2002, hoje são 26. As ETEs “saltaram” de 99 para 124. Mas a expansão ocorre sem um proporcional aumento de verbas para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), o mantenedor, e traz em seu bojo transformações profundas na visão sobre o papel do ensino técnico profissional e tecnológico.

O Ceeteps tem muitos méritos por seus mais de 30 anos de serviços bem prestados à comunidade, porém acumula variados problemas. O *boom* de novas escolas, um sonho de educadores, suscita a discussão sobre o modelo de ensino que se pretende e o cidadão que se

quer formar. O período Alckmin mostra o aprofundamento de uma política implantada no ensino técnico profissional e tecnológico a partir de 1996, no governo FHC.

Para os críticos da reforma e da expansão no modelo atual, o projeto pedagógico da escola e a formação profissional estão sendo subordinados à pura lógica do mercado. Convênios e parcerias firmadas para abrir novas escolas ou classes descentralizadas mostram como elas vêm sendo transformadas em *unidades de negócio*, tendo de gerar receitas. Neste processo de implantação do novo ensino técnico e tecnológico vê-se um conflito prático, mas sobretudo ideológico. Opõe-se a formação do cidadão produtivo alienado, “apertador de botões”, à visão do investimento nas forças produtivas da sociedade como um processo de afirmação e construção histórica, de redução da dependência e da vulnerabilidade

científica e tecnológica, conforme apontam educadores.

As reformas viriam na esteira da política preconizada por organismos internacionais, os mesmos que patrocinaram privatizações e o desmonte de serviços públicos. Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei 9.394) em 1996, por meio de um decreto (2.208/97) o governo FHC redefiniu a política para o ensino tecnológico. Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, docente da Faculdade de Filosofia da USP, aponta que este processo de reforma tem raízes na lógica perversa da globalização, que precisa de novas formas de reprodução do capital e vê na área de serviços a sua nova frente de exploração. “Esta pressão já está oficializada na Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1994, com a assinatura de um acordo geral para o comércio de serviços”, escreveu na *Revista do*



*Sinteps*, chamando a atenção para uma abordagem que enxerga a educação como um serviço qualquer.

A esta transformação da escola em balcão de negócios, prestadora de serviços para o mercado, opõem-se funcionários e professores. “Quando se vai montar um curso dirigido para uma empresa, isso é treinamento e qualificação. Não é profissionalização. Não é ensino. Aí você vê que o lado pedagógico está sendo esquecido”, afirma Neusa Santana Alves, presidente do Sinteps, entidade que representa os professores e funcionários do Ceeteps.

Daniel Garcia



**Neusa Santana, presidente do Sinteps**

dantes. Eles [a direção do Ceeteps] acham fantástico e montam o curso, pois assim é mais rápido”. Mas a fórmula pode trazer problemas, adverte Neusa. “Na hora em que a empresa cansou e quer fechar, ela fecha, não tem compromisso. Estão brincando com o mercado e na hora em que o mercado parar a gente pára também. É uma irresponsabilidade o que estão propondo. Não é ensino profissional, porque no ensino profissional tem de ter uma grade adequada, uma preocupação com toda a informação que o estudante vai necessitar, tanto na teoria quanto na prática. A partir do momento em que acha que vai dar uma *pinçada* em tudo — e é a proposta do MEC desde 1995 — aí você está fazendo qualificação. Estamos partindo daquilo que é sério como educação e ensino profissional para a qualificação, que são as parcerias com empresas e outras entidades do mercado. Quem ainda sonha em entrar naquele mercado não vai entrar nunca só com a qualificação. Ele precisa de formação”, sentencia.

A expansão do ensino técnico e tecnológico é uma demanda em todo

país, e em São Paulo não poderia ser diferente. Pedidos de novas Fatecs chegam à Assembléia Legislativa pelas mãos de deputados de várias regiões. O projeto de expansão prevê um número ainda maior de ETEs e seis novas Fatecs. O modelo de expansão baseado em classes descentralizadas permite grande velocidade na implantação e fechamento de cursos, em proveito das estatísticas.

Cálculos do Sinteps realizados com base no Relatório da Execução Orçamentária do Estado mostram que, embora as verbas destinadas ao Ceeteps tenham crescido em valores nominais, numa comparação com a receita total do Estado os percentuais correspondentes aos repasses efetuados nos últimos anos apresentam redução. Assim, em 1998 a fatia do Orçamento destinada ao Ceeteps consumiu 0,315% do total das receitas do Estado; em 2001 chegou a 0,345% das receitas; mas em 2002 caiu para 0,328% e em 2003, novamente, caiu para 0,318%, *em pleno processo de expansão das Fatecs e ETEs*. Em 2005, Alckmin vetou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado na Assembléia Legislativa, que, pela primeira vez na história do Ceeteps, garantiria a esta instituição uma verba vinculada: 1% da quota-parte do ICMS.

A direção do Sinteps queixa-se de que os funcionários do Ceeteps têm os menores salários da educação paulista. Como o Ceeteps é uma autarquia legalmente subordinada à Unesp, até 1995 — no início da primeira gestão de Mário Covas à frente do Estado — os funcionários e professores do Ceeteps tiveram seus salários reajustados pelo mesmo

***“Estamos partindo daquilo que é sério — educação e ensino profissional — para a qualificação, que são as parcerias com empresas. Quem ainda sonha em entrar no mercado não vai entrar nunca só com a qualificação. Ele precisa de formação”, diz a presidente do Sinteps***

Ela explica como funcionam as classes descentralizadas, referindo-se a uma parceria firmada pelo Ceeteps com uma empresa em Santa Bárbara D’Oeste: “Uma empresa de açúcar e álcool está precisando treinar 10 estudantes para estagiar. É estágio, não é emprego. Então, ela banca a sala descentralizada e o Centro dá os estu-

índice concedido aos colegas das universidades públicas estaduais. Depois, porém, sofreram oito longos anos de arrocho. Uma greve de três meses em 2004 conseguiu repor parte das perdas. “O reajuste da greve foi de 10% em 2004 e mais 20% em 2005. De 1995 para cá a perda é de quase 54%”, protesta Neusa. “Os professores fazem uma progressão própria da carreira. O funcionário é quem mais perdeu, por estar há dez anos sem enquadramento. O Governo está financiando a expansão com os nossos salários”, denuncia.

“É interessante o que acontece com o orçamento”, prossegue a dirigente sindical. “Ele reduz a verba. Isso nós começamos a denunciar, porque no momento em que começa a expandir, mas reduz a verba, alguma coisa está acontecendo de errado. Percebemos que ele [o governador] estava fazendo inauguração de uma certa forma bastante eleitoral, porque temos casos em que o governo pega funcionários emprestados de outras unidades, tem acordos de cooperação com prefeituras, que colocam funcionários em desvio de função e contratam docentes. Por sua vez, a prefeitura contrata precariamente estes funcionários”, denuncia Neusa.

Há um grave problema, relata, quando os contratos terminam no meio de um curso — e a prefeitura (ou a empresa) desiste de continuar com a parceria. “Há um caso na unidade de São Roque em que o diretor ficou sozinho. Eram ele e mais cinco funcionários contratados pela prefeitura, mas o contrato terminou. Quando estivemos em visita à unidade, até por conta da greve, ele

estava em desespero. Na unidade de Fernando Prestes estão saindo quatro funcionários, porque o contrato também acabou”. Sabe-se também, continua Neusa, de cursos que terminam incompletos porque os contratos de professores encerram-se a meio caminho e não há tempo hábil para contratação de novos. “Significa que o aluno vai ficar sem aula e a escola vai ficar sem os serviços adequados”.

***Graves problemas criados pela expansão temerária do ensino técnico e tecnológico foram levados pelo Sinteps ao Conselho Universitário da Unesp, a quem o Ceeteps é legalmente vinculado***

Esses problemas foram comunicados formalmente à Unesp. “Levamos a denúncia sobre as carências das unidades ao Conselho Universitário da Unesp, a quem somos associados e vinculados. Agora soubemos que toda a criação de Fatec tem de passar não só pelo Conselho Estadual de Educação, mas também pelo Conselho Universitário da Unesp, devido ao vínculo existente. Eles estavam assinando *ad referendum* toda criação de Fatec. O órgão está querendo agora fazer reunião para ver se libera outras seis unidades. Pelo menos foi uma reação ótima”.

A política de expansão também sofre críticas por não contemplar as

especificidades regionais. “Geralmente o que mais criam é curso na área de informática. Então não adianta o prefeito ou um estudo da região dizendo ‘nós queremos que venha uma Fatec, mas com tais cursos, porque a região é carente nestas áreas’. Para o governo, o que interessa é que vai pôr a Fatec, com informática ou gestão de logística em transporte, mas sem se preocupar se aquilo vai ou não atender a região”, critica Neusa.

A criação de novos cursos no Ceeteps é atualmente orientada por quatro gerências criadas com esta função, embora inexistentes no organograma oficial da autarquia. Os cargos são ocupados por ex-funcionários oriundos do sistema privado de ensino. A contratação estaria relacionada à parceria com o Sistema S, formado por entidades do setor privado, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Social (Senai). Segundo o Sinteps, uma das cláusulas deste convênio impede o Ceeteps de abrir unidades ou cursos em locais nos quais o parceiro já esteja atuando. Os dirigentes sindicais apontam que em muitos casos os cursos mantidos pelo setor privado são caros e inacessíveis à população, que deixa de ter um curso gratuito fornecido pelo Estado.

Isso ocorre em Birigüi, por exemplo, onde o Senai dispõe de uma unidade. “A gente ia criar um curso em Birigüi, na área de calçados. O parceiro já tem este curso lá. Então, não pode. E é caríssimo. Birigüi é uma região que produz calçados. Se vai abrir uma escola técnica, tem de ser na área de calçados, para aten-

der a demanda. O convênio de cooperação técnica educacional que o Ceeteps mantém prevê o que eles chamam de mapeamento, para não ter duplicidade de ação”.

Conforme relato de dirigentes sindicais, problemas decorrentes do método improvisado de expansão são percebidos em várias unidades. “A Fatec Tatuí funciona dentro de uma sala da ETE. Com a de Mauá acontece a mesma coisa. Na unidade Lauro Gomes, que é imensa, uma funciona dentro da outra. A de Botucatu fica dentro de um hospital psiquiátrico. Desalojaram a capela e inauguraram a Fatec. Por isso é que inauguram muito”, resume Silvia Elena de Lima, secretária-geral do Sinteps.

***Um curso da Fatec Ourinhos que oferece certificações “em fatias”, por módulos, gerou ações de alunos na justiça. “Estamos vendo o mercado extremamente agressivo e rápido”, tenta explicar o ex-diretor da unidade***

Outra crítica do Sinteps diz respeito às reformas curriculares visando atender o mercado, pretendidas também para o principal curso da Fatec São Paulo — processamento de dados. Mudanças essas já experimentadas em Ouri-

nhos, e que renderam ações na justiça contra o Ceeteps. “Os alunos estão entrando na justiça porque estão vendendo um curso como sendo regular, só que os módulos não estão andando. Não é um curso superior que eles vendem como tal, o que é pior. No máximo poderiam dizer que é especialização. É um imbróglio que até mesmo o Conselho de Educação e o MEC pediram para ver que tipo de curso é esse”.

O professor Paulo Henriques Chixaro, diretor da Fatec Ourinhos até maio de 2006, confirma que ocorreram ações na justiça, mas por falta de compreensão da proposta. “Tínhamos 80 vagas para 600 candidatos e em vez de a gente mandar embora 520 no vestibular criamos 400 vagas. Neste ano em que o aluno vai ficar com a gente, ele tem a possibilidade de uma certificação como instrutor de informática. Se ele conseguir a certificação, está se candidatando a continuar no ano seguinte. Se não, ele está fora”.

Chixaro explica que no módulo seguinte há a possibilidade de quatro novas certificações. “No segundo ano tem certificações mais voltadas para o mercado, como em rede, em banco de dados, em programação e em projetos. A gente vê que alguns só querem certificação em rede. Então, ele não precisa de mais nada. A mesma coisa com banco de dados. Se quiser ir para a graduação, ele termina as certificações e vai para este módulo. É um projeto-piloto. Estamos vendo o mercado extremamente agressivo e rápido. Durante o processo ele vai se certificando. Por que não aproveitar aquele que está bem em rede ou em banco de dados? O mercado quer

saber se ele conhece aquilo, rede, banco de dados”. Segundo o professor, houve impacto entre os alunos, que entenderam que os 400 aceitos no vestibular continuariam no curso. “No começo foi difícil eles entenderem a proposta, mas hoje estamos muito satisfeitos. Temos os primeiros resultados”.

O Sinteps acusa ainda o governo Alckmin de fazer aproveitamento eleitoral das inaugurações. “Em Garça foi inaugurada uma unidade agrícola, mas queriam com placa para a pista. No local os alunos tinham uma plantação de café e já estavam para colher. Passaram o trator para pôr a placa do Governo do Estado. Em qualquer outro lugar não seria tão vista”. Outro episódio tido como eleitoreiro, noticiado pela *Folha de S. Paulo*, foi a contratação de três ônibus pelo Ceeteps, em março de 2006, para levar funcionários durante o expediente para a inauguração de uma unidade na capital, com a presença de Alckmin. “Ele quer ser conhecido como o homem da educação, o governador das Fatecs e das ETEs. Nas eleições de 2002, quando conseguiu se eleger, foi exatamente com base nisso”, acusa Neusa Santana.

Em atendimento a um pedido de entrevista, o Ceeteps, por meio de sua assessoria de imprensa, emitiu a seguinte nota: “Infelizmente não estamos com disponibilidade para atender a demanda da *Revista Adusp*, por conta da intensa agenda da superintendente e dos coordenadores da instituição, em função da mudança de comando na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado”.